



Anais da Assembléia

Nº 14

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1981

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Senhores Deputados Antônio Facci e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER um voto de pesar pelo falecimento da Senhora MARIA JÚLIA DE JESUS, ocorrido no dia 19 do corrente, na cidade de Jardim Alegre.

A extinta, além de consternar a sociedade local com o seu passamento, deixou viúvo o Sr. Joaquim Fraga de Oliveira, oito filhos e era sogra do Sr. Messias Luiz Batista, Prefeito Municipal de Jardim Alegre.

Uma vez aprovado o presente, solicito que se dê ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1981.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. URBANO CORRÊA, ocorrido em data de hoje, na cidade de Porto Rico.

O extinto, além de sua família, deixa vasto círculo de amizades conquistadas nos longos anos em que residiu na cidade de Santa Isabel do Ivaí, da qual foi um dos seus pioneiros.

O requerente solicita que se dê ciência deste registro à família enlutada, residente na cidade de Santa Izabel do Ivaí, através de sua Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1981.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após apoio do Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, solicitando providências junto à Chefia do Oitavo Núcleo Regional daquela Pasta, para apuração das denúncias formuladas pelo cidadão Valdomiro Bigatton, referentes à conduta do professor Nelson Dandoni, lotado no Colégio Comercial Estadual de Santa Izabel do Oeste.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1981.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições, REQUER após ouvido o Plenário, seja expedida solicitação à SANEPAR, para que de imediato promova a instalação das redes de água e esgoto na sede do Distrito de Diamante do Oeste, Município de Matelândia, face à situação crítica em que se encontra a população local, principalmente por problemas de deficiência e péssima qualidade da água fornecida.

Requer ainda a expedição de comunicação à Câmara Municipal de Matelândia, em sendo aprovada esta solicitação.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

As reclamações dos habitantes da sede distrital de Diamante do Oeste, em Matelândia, têm sido constantes, em razão da péssima qualidade da água fornecida e pelas deficiências seguidamente ocorridas no fornecimento.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, consulto a Liderança do PMDB se pretende usar o horário.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, fará uso do horário da Liderança o Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O momento político e administrativo do Paraná, está hoje fortemente influenciado pela situação dos agricultores de Foz do Iguaçu.

E a classe política, obviamente não poderia ficar ausente desta discussão. Já tivemos na tribuna desta Casa, manifestações, tanto da Oposição como do Partido do Governo. O Sr. Governador, inclusive pela televisão, disse estar interessado e interferindo para que se encontre uma solução pacífica para o problema criado pelas desapropriações de Itaipu.

Sr. Presidente, nos parece que, nesta oportunidade, seria bastante oportuno que o Paraná, como um todo, resolvesse de uma vez por todas tomar a bandeira do Estado, em relação à obra de Itaipu.

São citações dos homens do Governo, coisas como as ditas pelo Deputado Werner Wanderer, ainda recentemente e publi-

cadadas em uma revista de circulação estadual, de que Itaipu vai gerar problemas seriíssimos, não só para a região de Foz do Iguaçu como para toda a região, onde as águas irão inundar grande parte do território paranaense.

Afirma aquele Deputado do Governo que o problema social que será causado em Foz do Iguaçu, será de uma dimensão que provavelmente ainda não está sendo devidamente avaliado.

Quem passa hoje em Foz do Iguaçu é testemunha de que provavelmente até o turismo daquela cidade será afetado pelos futuros trombadinhas, pois os grandes favelões daquela cidade gerarão uma intranquilidade inclusive para o turista.

Guaira ficará sem seu porto, Santa Helena sem suas terras, para não se falar em Mal. Cândido Rondon, Medianeira, Matelândia e São Miguel do Iguaçu.

Em troca, o que recebe o Paraná? Uma obra monstruosa que, no dizer de outro homem do Governo — até ontem o ex-Ministro da Fazenda, Sr. Karlos Rischbieter, em entrevista dada este ano à revista "Veja", afirmava que — o Brasil não é um País para se fazerem grandes obras, se construir grandes obras e cita nominalmente Itaipu. Ele que até ontem era Ministro deste Governo.

E sim, para se dedicar a coisas menores, principalmente para se dedicar ao homem. São dois homens, Werner Wanderer e Karlos Rischbieter, homens provindos do Governo, que reclamam sobre Itaipu.

A Oposição, por sua vez, há muito tempo vem alertando sobre estes problemas. Mas os tecnocratas insensíveis, os técnicos e militares que hoje pensam dominar este País, são insensíveis, e o que vemos é uma obra monstruosa, criando monstruosos problemas. E dessa obra criando imensos problemas, é bom que se diga, o Paraná não leva a nada. E quem duvidar disso, remeto uma revista também do Governo do Estado do Paraná, a revista do BADEP, do trimestre abril-maio-junho do ano passado, quando demonstra que o Paraná não irá consumir em 1985, sequer 40 por cento da energia que está sendo gerada por usinas instaladas dentro do Paraná.

E, a par disso, o que vemos, e há poucos dias eu falava nesta Casa, está aqui o "Estado de São Paulo", de terça-feira próxima passada, com uma charge altamente característica, Sr. Presidente, Srs. Deputados, onde, por baixo da mesa, nas negociações de Itaipu, passaram 10 bilhões, 270 milhões de cruzeiros em propina.

Dez bilhões de cruzeiros, Sr. Presidente, que representa cerca de 15 por cento do orçamento deste ano, neste Estado, dez bilhões de cruzeiros em propinas.

E a denúncia, não é de qualquer Deputado da Oposição, mas sim do jornal "Times", de New York. Esse é o conceito que tem aquela obra gigantesca, faraônica, e que todos defendem, mas que poucos compreendem. Dez bilhões, 270 milhões, e quando falo desta tribuna, muitos Deputados denunciaram que aquela obra inclusive estava a mandar para o Paraguai muitos brasileiros, nós éramos tachados inclusive de fazermos uma política internacional sem resolver o problema nacional, ou estadual.

E hoje, Srs. Deputados, no jornal "O Estado do Paraná", já está novamente em manchete um fato muito grave e que envolve paranaenses que foram expulsos aqui do Paraná, também por causa de Itaipu.

O Governo paraguaio está ameaçando expulsar milhares de colonos de Emambai, no Paraguai, obrigando-os a se naturalizarem paraguaios ou retornarem ao Brasil.

Aqueles que fizeram ouvidos moucos para as denúncias da Oposição, devem estar agora prevenidos para receber esses milhares de brasileiros que foram tocados, banidos do Brasil por uma política errônea, que há anos a Oposição vem denunciando; aqueles que não acreditaram no jornal "A Hora do Povo", de que as burras da Suíça estavam cheias de dinheiro

de brasileiros, agora devem acreditar no "Times", de New York, que diz que as transas, inclusive do Brasil, são feitas com contas da Suíça.

E não é o jornal da Oposição que está dizendo, não é um alguém que tenha a pecha de comunista, a menos que se queira dizer que o Sr. Júlio Mesquita seja um comunista, ou que o "Estado de São Paulo" seja um jornal de esquerda, e que o "Times" de New York seja um jornal pago pela União Soviética.

Fizeram "vistas grossas" às denúncias da Oposição, quer quanto ao sistema político, econômico e social que se implantou neste País, quer quando denunciávamos a corrupção; fizeram "vistas grossas" quando dizíamos que o problema social que Itaipu iria gerar era muito maior para o Estado do Paraná que os benefícios. E hoje são os homens da Situação que estão alarmados.

Fizeram "vistas grossas" quando dizíamos que a saída de brasileiros para o Paraguai, um País instável com uma ditadura sangrenta, era um problema também brasileiro, e diziam que nos preocupávamos demais com o problema dos outros.

E agora, como ficamos?

Foz do Iguaçu não sabe o que fará e, segundo denúncia do Sr. Werner Wanderer, vai perder 10 por cento de sua arrecadação, apenas por deixar de cobrar imposto sobre serviços das empreiteiras que estão fazendo Itaipu. Os 150 mil habitantes de Foz do Iguaçu serão reduzidos, e para onde irão?

E as casas, a infraestrutura feita por aquela gente, para que servirão? E a energia lá gerada, para o Paraná, somente prejudicará até porque as linhas de alta tensão tirarão e roubarão mais território paranaense.

E a corrupção deslavada parece hoje ser mérito, porque já se fala que o Presidente da Binacional será provavelmente o candidato à Presidência da República. Talvez desta vez não queiram ser prepostos da corrupção e por o próprio corruptor.

As grandes multinacionais que estão a manter esse sistema, usando e se utilizando dos militares, saídos do meio do povo brasileiro, mas que enganados lá estão a permitir a mais deslavada corrupção do Terceiro Mundo.

Agora parece que já não interessa mais apenas um agente. Vão colocar o próprio corruptor.

E é esse homem, Srs. Deputados, que se nega a dialogar com o colono. É este homem, Srs. Deputados, co-responsável pelo assalto aos bolsos dos brasileiros, por 10 bilhões, 270 milhões de cruzeiros que, quando os Srs. Deputados foram numa visita a Itaipu, lhes deu apenas 15 minutos para dialogar, não permitindo inclusive perguntas, num sistema de caserna. É este homem que se fala para Presidente da República.

Da nossa parte, Srs. Deputados, nós da Oposição, estamos, pelo menos de consciência tranquila, porque estamos a denunciar há muito tempo este sistema que aí está.

Da parte dos Srs. Deputados do Governo, nos parece ser o momento de levantar suas vozes, porque senão, amanhã, teremos o Sr. Costa Cavalcanti Presidente da República, teremos os corruptos deste País novamente a nos governar. E teremos este Estado, novamente massacrado.

Vimos ainda agora, a rebelião dos nordestinos a dizer que não vão mais permitir que o Governo tenha a maioria no Congresso Nacional, porque o Nordeste está abandonado.

E o que dizer deste Sul do País, que dizer deste Paraná — e novamente pego os dados de homens do Governo — deste Paraná que está com a maior safra agrícola deste País; deste Paraná que gera a maior quantidade de divisas para este País; que dizer de nós, Srs. Deputados, que dizer deste Paraná que está sendo massacrado, está sendo inundado, está sendo roubado?

É por isso que tenho desafiado o Governador do meu Estado. Vamos marcar uma reunião nesta Assembléia para que o Sr. Ney Braga tome posse do Governo, coisa que não fez

até agora.

É chegado o momento, Sr. Presidente, desta Assembléia marcar uma reunião solene para que o Sr. Ney Braga tome posse, que o que não fez até agora.

Porque, se tivesse feito, teria ouvido nosso apelo, feito ontem e não teria permitido que a Polícia Militar do Estado impedisse o Prefeito de São Miguel do Iguaçu fornecer um copo d'água aos colonos lá acampados.

Porque, quando o Prefeito de Foz do Iguaçu, revoltado com seu colega, que mandou uma pipa para dar água aos colonos, a Polícia Militar, a nossa Polícia Militar, esta Polícia que não pode ser paranaense, porque prejudica seus irmãos, essa Polícia mandou jogar a água na rua!

Por isso, temos que marcar uma sessão solene para que o Sr. Ney Braga tome posse do Paraná, coisa que não o fez, porque se o tivesse feito, a defesa do cafeicultor não seria através apenas de telegramas e de telex; a defesa do patrimônio deste Estado não seria apenas através de conversas, seria o rompimento com o próprio Governo Central. Porque, se eles não olham para o Paraná, vamos nós olhar, vamos marcar a reunião de posse do Sr. Ney Braga, coisa que ele não fez até hoje.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Consulto à Liderança do PP se deseja fazer uso do horário que, regimentalmente, lhe é reservado.

Com a palavra o Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Venho à tribuna em função de uma denúncia que recebi do Município de Castro e que diz respeito às condições da estrada que liga o Município de Castro a Tibagi.

Mas, gostaria de lembrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que quando da minha primeira eleição, quando vim a esta Casa Legislativa, trazia quatro importantes reivindicações da cidade de Castro: o acesso asfáltico à cidade, a eletrificação rural dos distritos de Socavão e Abapã, grandes produtores de cal e de talco, a ligação asfáltica até Castrolândia; a construção da sonhada estrada Castro-Tibagi.

No Governo de Jayme Canet Júnior, tivemos a felicidade de ver todos os itens definidos e resolvidos, em seu programa. Assim é que Castro recebeu acesso asfáltico. Assim é que Socavão e Abapã receberam a energia, a eletrificação que permitiu que os obsoletos motores que funcionavam nas indústrias, fossem substituídos pela força.

Castrolândia, pela sua importância, recebeu também a ligação asfáltica. E a estrada Castro-Tibagi que era, indiscutivelmente, um grande problema, especialmente por ser um trecho de muita pedra, de muita dificuldade de tráfego, era uma estrada sonhada há muitos e muitos anos, pela população do município.

Mas, no Governo Jayme Canet Júnior, foi possível que a estrada fosse iniciada e fosse concluída com os seus 60 km preparados e apenas da expectativa de que pudessem também entrar num programa de pavimentação asfáltica.

E até hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aquela estrada não apenas ficou, como foi deixada pelo anterior governo, ficou na expectativa de uma futura pavimentação asfáltica. Mas, o que é grave, profundamente grave, é que foi relegada a total abandono, de tal sorte que, hoje, carros de passeio não têm condições, de saindo de Castro, chegarem ao Município de Tibagi.

É incrível que isto aconteça num Estado como o Paraná. É incrível que isto aconteça. Mas, a verdade nós sabemos, é que o trabalho que atualmente realiza o setor de transportes do nosso Estado, é tão ruim, tão deficiente, que basta que andemos pelo Paraná e sintamos as condições de suas rodovias. Abandonadas, relegadas ao abandono quase que total.

E, o que está acontecendo, é que dias atrás, eu me propunha a apresentar um requerimento nesta casa, solicitando reparos em rodovias, para que tivéssemos melhores condições no contorno de Ponta Grossa, para que a rodovia que liga os Municípios de Ponta Grossa-Castro, recebesse também reparos. Para que se olhasse a situação lastimável em que vai se transformando a Prigot de Souza. E, fui anotando trecho por trecho, e cheguei à conclusão de que o mais justo, seria apresentar um requerimento ao Sr. Secretário de Transportes, pedindo pelo amor de Deus, que cuide de todas as rodovias do Paraná. Porque se fôssemos fazer para cada trecho abandonado, teríamos que apresentar mais de uma centena de requerimentos, citando cada um dos trechos.

Além, de não se fazer nada, ou se fazer apenas miudeza, a verdade é uma só. A verdade é que o abandono está campeando por aí. Temos tanta coisa, temos tantos apelos feitos.

Lembro-me do final do Governo Canet, quando estava pronta, preparada para a pavimentação asfáltica, a estrada de apenas 2 km, reunindo a Celso Garcia Cid ao importante distrito de Tamarana, no Município de Londrina. Tudo havia sido preparado, o solo preparado, todo o serviço de terraplenagem. Era uma obra tão pequena, um trecho tão curto, que inclusive, o distrito rodoviário de Londrina é que deveria proceder a pavimentação asfáltica. Mas, saiu Canet. Saiu Canet no meio da obra. Saiu Canet poucos dias antes do início propriamente dito da pavimentação asfáltica, quando se entregava a estrada, com a sua terraplenagem concluída. E, desde então, o referido trecho passou a servir para especulações políticas de Vereadores daquele distrito que deveriam ou poderiam trocar de legenda, de presenças do Prefeito no Distrito de Tamarana, das promessas consecutivas para saber se afinal das contas, quem seria "o pai da criança", para que os dois mil metros fossem asfaltados.

E, como este, são tantos os problemas, que o mais seguro, que o mais certo, quando tomamos conhecimento de que há uma "super Secretaria", distribuindo verbas polpudas, para que os Prefeitos gastem como melhor entenderem. Que também se aproveitasse um pouco desse "superávit", já declarado há algum tempo atrás acima da casa dos 100%, para que se desse soluções pelo menos aos problemas mais gritantes, mais cruciantes.

E, dentre esses, muitos poderiam ser citados. Mas, pela minha influência de participação em municípios, de assuntos e de problemas altamente comprometedores e graves, eu citaria, a impossibilidade de se tráfegar no sentido Castro-Tibagi. E citaria que, nos dias de chuva, os moradores de Tamarana são obrigados a deixar a sua tradicional estrada, que depois da terraplenagem e nos dias de chuva, hoje não permite tráfego algum e são obrigados a ir pelo Distrito de Lerroville, para depois chegar a Tamarana.

Completaria dizendo, é lastimável, que o setor de transportes do Paraná tenha esquecido não só, de fazer as novas obras que o povo e que o Estado reclamam mas, além disso, de permitir que o abandono grasse em todos os cantos do Paraná.

É a nossa participação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Consulto à Liderança do PTB, se deseja usar o horário que lhe foi reservado. — (Declina).

Tendo declinado, consulto à Liderança do PDS. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 111/80, de autoria do

Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a "Associação das Senhoras de Rotarianos de Marialva", com sede e foro na Cidade de Marialva. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 111/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE MARIALVA, com sede e foro na cidade de MARIALVA.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1980.

a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se propõe seja declarada de utilidade pública tem por finalidade atender as famílias carentes, ajudando-as com encaminhamentos de aviaamentos de receitas médicas, tratamentos de saúde, regularização de documentos e etc..

Isto exposto, apresentamos o presente plano de lei, esperando merecer o devido apoio dos nobres Pares e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 111/80

O presente Projeto de Lei n.º 111/80, de autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin, tem por finalidade declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE MARIALVA, com sede e foro na cidade de Marialva.

A referida iniciativa não apresenta qualquer óbice, quer de ordem constitucional ou legal, e, quanto a sua oportunidade convence-nos plenamente a justificativa que acompanha o referido plano de lei.

Face ao exposto, opinamos favoravelmente pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/80, de autoria do Deputado CARLOS ZANLORENZI, que declara de utilidade pública a "Associação do Deficiente Motor", com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 153/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DO DEFICIENTE MOTOR, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1980.

a) CARLOS ZANLORENZI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche as exigências preliminares contidas na Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria.

A Associação do Deficiente Motor tem por finalidade promover o bem-estar e o ajustamento em geral dos indivíduos portadores de deficiência motora, estimular os estudos e pesquisas relativos ao problema dos indivíduos de forma a ajustá-los ao meio social.

Isto exposto, esperamos contar com o devido apoio

dos nobres Pares e a posterior aprovação do presente plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 153/80

O projeto de lei em pauta, de autoria do Deputado Carlos Zanlorenzi, atende os preceitos constitucionais e cumpre todas as exigências da Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que estabelece normas para a declaração de utilidade pública.

Assim sendo, exaramos nesta proposição, no nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

RENATO BUENO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Júlia de Jesus, ocorrido na cidade de Jardim Alegre. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Urbano Corrêa ocorrido na cidade de Porto Rico. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao General Adalberto Massa, Delegado Regional do Trabalho no Estado do Paraná, pela passagem do 9.º ano frente à Direção daquela Delegacia. — **Aprovado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

5 Srs. Deputados aprovam; 7 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 145 e 165/80.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 111 e 153/80.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 159 e 164/80.
Levanta-se a sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

Decretos Legislativos:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E .

DECRETO LEGISLATIVO N.º 086/81

exonerar, MARIA ELIZA MORO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Dácio Leonel de Quadros. (Protoc. 1067/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 087/81

exonerar, DACIBALDO DE QUADROS, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Dácio Leonel de Quadros, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 110/80, de 27 de fevereiro de 1980, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário,

percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos. (Protoc. 1096/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 088/81

I — prover, DACIBALDO DE QUADROS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Dácio Leonel de Quadros; e,

II — autorizar o funcionário acima mencionado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos. (Protoc. 1096/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 089/81

I — prover, ERNESTO COSTA DE SOUZA JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Dácio Leonel de Quadros;

II — autorizar o funcionário acima citado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos. (Protoc. 1096/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 090/81

atribuir ao funcionário DIONÍSIO DE PAULA CAVALHEIRO, ora à disposição deste Poder, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista, do Gabinete da 3.ª Secretaria, no período compreendido entre 1.º de janeiro a 28 de fevereiro de 1981. (Protoc. 925/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 091/81

autorizar, MARLENE CUNHA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no período compreendido entre 1.º de janeiro a 31 de março de 1981, junto ao Gabinete do Deputado Mário Celso. (Protoc. 817/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 092/81

autorizar, BRÁULIO MOREIRA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no período compreendido entre 1.º de janeiro a 31 de março de 1981, conforme solicitação do Deputado Túlio Luiz Zanchet. (Protoc. 874/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 093/81

atribuir ao funcionário JOÃO MARIA DE OLIVEIRA, ora à disposição deste Poder, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da Liderança do PDS, no período compreendido entre 1.º de janeiro a 31 de março de 1981. (Protoc. 614/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 094/81

atribuir ao funcionário ANIBAL ASSUNÇÃO, ora à disposição deste Poder, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da Liderança do P.T.B., no período compreendido entre 1.º de janeiro a 28 de fevereiro de 1981. (Protoc. 331/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 095/81

atribuir ao funcionário VILSON DA SILVA NATAL, ora à disposição deste Poder, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da 2.ª Vice-Presidência, no período com-

preendido entre 1.º de janeiro a 31 de março de 1981.

(Protoc. 477/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 096/81

mandar pagar, nos termos do Art. 205, § 2.º, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a EDY STREMEL, irmã do ex-servidor da Secretaria deste Poder, JOSÉ AUGUSTINHO STREMEL, falecido no dia 10 de outubro de 1980, a título de auxílio-funeral, a importância correspondente a um mês de remuneração ou provento. (Protoc. 396/81)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18/03/81.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

Portarias:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

PORTARIA N.º 170/81

designar, GILMAR VILLA DE CARVALHO, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços como Datilógrafo, junto ao Gabinete do Deputado Gilberto Carvalho, a partir de 13 de março de 1981. (Protoc. 912/81)

PORTARIA N.º 171/81

designar, o funcionário, MAURO GIACOMO FORMIGHIERI BERNOLDI, contratado deste Poder, para prestar serviços como datilógrafo, no Gabinete do Deputado Erondy Silvério, a partir de 24 de fevereiro de 1981. (Protoc. 516/81)

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de março de 1981.

a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

Diretor Geral

PORTARIA N.º 172/81

conceder ao funcionário SEBASTIÃO BUENO, matrícula n.º 576, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 18 de março de 1981. (Protoc. 1646/81)

PORTARIA N.º 173/81

prorrogar até 31 de dezembro de 1981, a permanência do funcionário CARLOS MELARA FILHO, ora à disposição deste Poder, permanecendo sua designação atual. (Protoc. 1542/81)

PORTARIA N.º 174/81

conceder ao funcionário EDISON CARLOS DE OLIVEIRA, matrícula n.º 557, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quarenta e cinco (45) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 12 de março de 1981. (Protoc. 1645/81)

PORTARIA N.º 175/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ALCEU ALVES PASSOS, matrícula n.º 112, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978 e 1979, que deixou de gozar. (Protoc. 12019/80)

PORTARIA N.º 176/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de DOROTI DA CUNHA WOLKMER, matrícula n.º 088, ocupante do cargo de Taquígrafo B, do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.

(Protoc. 1273/81)

PORTARIA N.º 177/81

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 710/80, ao funcionário GILBERTO DAROS, matrícula n.º 517, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 1407/81)

PORTARIA N.º 178/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ALBERTO CARAZZAI NETO, matrícula n.º 093, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 4.º quinquênio, compreendido entre 06 de fevereiro de 1975 e 06 de fevereiro de 1979, antecipado em razão da incorporação do 3.º quinquênio e das férias de 1975, 1976 e 1977, contadas em dobro.

(Protoc. 841/81)

PORTARIA N.º 179/81

conceder ao funcionário ACIR VILLATORE, matrícula n.º 364, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do

Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 07 de outubro de 1980, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%), de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. 285/81)

PORTARIA N.º 180/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de LUIZ AUGUSTO CANTADOR, matrícula n.º 507, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 3.º quinquênio, compreendido entre 16 de novembro de 1971 e 16 de maio de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 2.º quinquênio; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei n.º 6174, a partir de 16 de novembro de 1980, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Protoc. 807/81)

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de março de 1981.

a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

Diretor Geral

ATOS DIVERSOS:

Balancete Financeiro:

